

Na fronteira de ocupação agrícola no norte do Tocantins. Olhares a partir de Carmorlândia – Tocantins

THAYSSLLORRANNY BATISTA REINALDO*

ELISEU PEREIRA DE BRITO**

Resumo: O Norte Goiano no início das décadas de 1960 teve um encontro de duas frentes de migrações. A nordestina sem capital para investimento, tornou-se mão de obra. A do Centro-Sul capitalizada adquiriu as terras ou arrendou para plantação. Neste encontro o conflito se estabeleceu. Os grilos da terra também foram marcas deste encontro que envolve os que já estavam na terra. A construção da Belém-Brasília propiciou o direcionamento destes migrantes. Esta rodovia foi a primeira via de ligação entre a Amazônia e o Centro-Sul do País, impulsionando, assim, a transformação territorial na Região do Bico do Papagaio, no norte do Tocantins, nas décadas de 1950/60. Possibilitou, também, que a apropriação do território por migrantes nordestinos e sulistas se intensificassem com as políticas de incentivos fiscais oferecidas pelo Governo Federal pós anos de 1970. No bojo desse processo, a antiga região de ocupação pioneira foi transformada em uma região de fronteira agrícola, principalmente pelo uso da terra no vale do Rio Lontra para criação do gado bovino. A fronteira agrícola foi analisada por meio de um estudo sobre os planos nacionais de desenvolvimento e seu impacto direto na ocupação das terras na Amazônia Legal. Como delimitação da escala geográfica da pesquisa, o estudo foi direcionado a partir de uma análise qualificada do município de Carmolândia, localizado no norte do Estado do Tocantins, como *lôcus* para discutir o processo em tela. Este município teve sua origem nos anos de 1960/70, relacionada com a abertura da rodovia Belém-Brasília, o que possibilitou uma colonização dirigida para o município de fazendeiros, entendida como a formação da Fronteira Agrícola de Ocupação no Sudeste da Amazônia Oriental.

Palavras-chave: Fronteira; Território; Migração; Norte do Tocantins.

À la frontière de l'occupation au nord du Tocantins. Regards a partir de Carmorlandia - Tocantins

Resumé: Au Nord de Goiás au début des décennies de 1960, deux fronts de migrations se sont rencontrés: celui du Nordeste sans capital d'investissement est devenu la main d'œuvre, celui du Centre-Sud capitalisé a acquis les terrains ou bien l'a loué pour la plantation. Lors de cette rencontre le conflit s'est établi. Les grillons de la terre ont aussi été des marques de cette rencontre qui implique ceux qui occupaient déjà la terre. La construction de Belém-Brasília a permis l'orientation de ces migrants. Cette autoroute a été la première voie de liaison entre l'Amazonie et le Centre-Sud du Pays en engendrant de cette sorte la transformation territoriale dans la région du Bico do Papagaio, au nord du Tocantins, dans les décennies de 1950/60. Cela a permis également que l'appropriation du territoire par des migrants du Nordeste et du Sud s'intensifie avec des politiques d'aides fiscales offertes par le Gouvernement Fédéral suite aux années 1960. Au sein de ce processus, l'ancienne région de l'occupation pionnière a été transformée dans une région de frontière agricole, notamment par l'usage de la terre dans la vallée du Rio Lontra pour l'élevage de bétail. La frontière agricole a été évaluée par le biais d'une étude sur les plans nationaux de développement et son impact direct sur l'occupation des terres dans l'Amazonie légale. Comme délimitation de l'échelle géographique de la recherche, l'étude a été guidée à partir d'une analyse qualifiée de la commune de Carmolândia, située au nord de l'Etat du Tocantins comme *locus* pour discuter le processus en cause. Cette commune a eu son origine dans les années 1960/70, en rapport avec l'ouverture de l'autoroute Belém-Brasília, ce qui a permis une colonisation dirigée vers la commune des fermiers, comprise comme la formation de la Frontière Agricole de l'Occupation au Sud-est de l'Amazonie Orientale.

Mots-clés: Frontière; Territoire; Migration; Nord du Tocantins.



* **THAYSSLLORRANNY BATISTA REINALDO** é Mestra em Geografia pela UFT.



** **ELISEU PEREIRA DE BRITO** é Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás.

Introdução

A Amazônia como região Geopolítica para fins de planejamento foi criada em 1953 pela Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia - SPVEA – com a finalidade de promover o desenvolvimento e o ordenamento regional. Em 1967 a SPVEA foi substituída pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM –, que passou a planejar as políticas de ordenamento territorial por meio dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia – PDAm. A Amazônia Legal (denominada pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento) abrange todos os estados da Região Norte: Acre, Amazonas, Amapá, Roraima, Pará, Tocantins, Rondônia e o estado de Mato Grosso e o oeste do Estado do Maranhão. Como delimitação espacial desta pesquisa, focamos nossa análise sobre o município de Carmolândia - TO, que é um dos municípios que pertence à região do Bico do Papagaio. A escolha dessa pesquisa atende ainda aos interesses da análise que desenvolvemos junto ao Grupo de Estudos Geográficos da Amazônia e Tocantins.

A formação de uma região de fronteiras de ocupação, no caso específico da Fronteira Agrícola de Ocupação na região Amazônica, transforma a vida da população local, pioneiros ou nativos. Para identificar a formação dessa região, partimos de uma análise da formação territorial a partir de meados do século XX, período em que o Estado brasileiro criou o plano de colonização dirigida, intitulado de Plano de Integração Nacional – PIN/1960-1970 –, que impulsionou a expansão da Fronteira Agrícola de Ocupação em direção à Amazônia, de forma a modificar a vida da população e criar territórios de conflitos entre os povos da frente pioneira e os migrantes que chegavam e

demandavam terras para uso agropecuário.

A fronteira de ocupação adentrou as terras do sudeste da Amazônia Legal e transformou a paisagem em seus territórios, iniciando, assim, um processo de conflitos agrários. Isso se deveu por não se considerar nos planos de ocupação que se tratava de uma região ocupada pela frente pioneira, extrativistas, seringueiros, camponeses, fazendeiros, quebradeiras de coco babaçu e índios; antes, considerou-se nos planos se tratar de um espaço vazio, o que culminou no conflito pela posse da terra. Isso nos indica que a região de Fronteira é um lugar de instabilidade, de encontros e desencontros, tendo uma gama de interesses políticos e econômicos que modificam a natureza e a vida da população.

Ao estabelecer proximidade entre a nossa escala espacial de estudo e o processo de ocupação nos é possível afirmar que famílias nordestinas migraram para o município de Carmolândia - TO em busca de terras ou trabalho na terra como arrendatários, meeiros e posseiros. A maioria dos migrantes era composta por retirantes da seca ou expropriados da terra no Piauí e no Maranhão, ou famílias da região sul de Minas Gerais, de São Paulo e do sul de Goiás, que chegaram em colonizações dirigidas, com incentivos do Governo Federal como doações de terras devolutas ou, ainda, por comprarem estas terras por um preço acessível, um valor simbólico no município. Em contrapartida, as populações nordestinas que se direcionaram para o município migraram em colonizações espontâneas sem o mínimo incentivo do governo, e serviam como mão-de-obra barata para trabalhar nas fazendas e, em sua maioria, foram excluídas da posse da terra pelo Estado.

A formação de uma região de fronteiras

Há vários olhares sobre a fronteira e também formas de trabalhar a categoria. Em Becker (2007) a fronteira é móvel. Para Almeida (2009), a fronteira é o lugar dos tempos diversos, o encontro de sujeitos, por isso, um entre-lugar. Para Martins (1997), a fronteira não se resume a limites geográficos de país ou região, mas, ao contrário, ela pode ser uma

fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano (MARTINS, 1997, p. 13).

Sendo assim, a fronteira é um local extremamente conflitivo e amedrontador, a fronteira ela é social. Na região de fronteira, o ‘outro’ é maltratado e explorado, pois aí o homem não se encontra, desencontra-se. A fronteira é um lugar que reflete a ambição dos que chegam para expropriar os que ali se encontram, o é também do conflito e da esperança de um novo tempo, bem como dos dominadores e dominados; é o lugar que se reproduz por meio do tempo, o tempo da luta entre os contrários que se formam, que se (des)organizam e se reproduzem. Para Martins (1997, p. 13), “a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora”.

Nesta direção, a Amazônia Legal tem sido palco de constantes conflitos e massacres envolvendo índios, extrativistas, camponeses, população local e migrantes que chegam. Esses conflitos são principalmente decorrentes da ‘luta’ pela posse da terra, entre o nativo e o latifundiário, e o sudeste da

Amazônia, de fato, sempre foi palco de conflitos agrários, impasse que tem resultado em inúmeros assassinatos pela posse da terra ao longo do tempo. Em 1964, com a Ditadura Militar, os interesses em ocupar a região tornaram-se mais intensos e propositivos. Uma forma usada para alavancar tal empreitada foi considerar a Amazônia como espaço vazio, negando a ocupação existente de tribos indígenas, seringueiros, extrativistas e camponeses, populações que tiravam seu sustento diretamente da terra, mas que estavam, porém, inseridas numa faixa de Fronteira Agrícola de Ocupação, o que resultou em litígios entre nativos e paulistas, como costumam chamar pessoas de outros lugares na Amazônia. Conforme Martins (1997) discorre:

a partir de 1966, quando a ditadura militar (instaurada em 1964 e encerrada em 1985) põe em prática um amplo programa de ocupação econômica da Amazônia brasileira em bases supostamente modernas. Embora, até por tradição, viesse ocorrendo um lento processo espontâneo de ocupação ‘do oeste’, e a partir de meados dos anos cinquenta, do ‘Centro-Oeste e do Norte do país, o regime militar decidiu acelerar, definir as características dessa ocupação e controlá-la. Os objetivos eram econômicos, mas eram sobretudo geopolíticos. Os militares falavam em ‘ocupação dos espaços vazios’, embora a região estivesse ocupada por dezenas de tribos indígenas, muitas delas jamais contatadas pelo homem branco, e ocupada também, ainda que dispersamente, por uma população camponesa já presente na área desde o século 18, pelo menos (MARTINS, 1997, p. 85-6).

A apropriação das terras para produção animal na região avançou na década de 1960, decorrente da construção da

rodovia Belém-Brasília. Foi nessa conjuntura da transformação do Bico do Papagaio que a ocupação do município de Carmolândia se tornou uma amostra importante para construção de nosso pensamento neste texto e, neste sentido, concordamos com Silva (2007), quando afirma que a Fronteira Agrícola foi forjada diante de uma situação extremamente conflitiva, entre diferentes sociedades e diferentes sujeitos, realidades, tempos e histórias distintas, tudo em um mesmo espaço, o que contribui com o nosso olhar, quando destaca que,

a fronteira é resultado das contradições socioespaciais de reprodução da sociedade capitalista. A busca de novas áreas por produtores e empresas no interior do país reflete processos de exclusão social, reprodução ampliada do capital, inserção precária de grupos sociais e difusão de valores culturais e ideológicos. Entretanto, apesar de ser reflexo da sociedade em geral, a fronteira tem uma dinâmica interna própria, visto que se assenta em tipos sociais diversos e mesmo opostos. É singular, diferenciada internamente, bem como parte da totalidade capitalista (SILVA, 2007, p. 285).

A discussão sobre fronteira tem várias vertentes, o que torna complexo a sua delimitação. Silva (2007) enfatiza que, no senso comum, quando se fala em ‘fronteira’, geralmente as pessoas logo pensam em limite geográfico de um país, porém a fronteira também pode ser a borda de processos singulares de integração e conflito, bem como uma área de contato social, cultural, de etnias e econômico, dentre outros, numa sociedade extremamente capitalista, que chega ‘impondo’ seus modos de produção à população local. Na Fronteira Agrícola de Ocupação há ainda assassinatos, genocídios, conflitos,

medos e angústias entre as mais diferentes classes sociais, já que, à medida que o latifúndio vai sendo instaurado, em meio ao território, o pequeno camponês vai sendo expulso de suas terras. Portanto, “a fronteira capitalista é um fenômeno não somente espacial e histórico, mas de confrontação cultural e ideológica e de expansão econômica” (SILVA, 2007, p. 285).

Trata-se, pois, de forças políticas que, diga-se de passagem, doaram grandes extensões de terras devolutas na Amazônia para os grandes produtores e criadores de gado, que, por meio da força bruta ou da grilagem de terras, e devido às doações de terras por parte do Governo Federal, foram adentrando na Amazônia e modificando a vida da população residente do lugar, sujeitos que têm seus costumes, seus sonhos e suas vidas, frustrados e acabados, no entanto, devido aos interesses capitalistas do excludente e desigual sistema econômico. O resultado de tudo isso é um local extremamente conflituoso entre as mais diferentes sociedades e tempos distintos em um mesmo lugar.

Almeida (1992) analisa a formação de fronteira na região Amazônica, fazendo um paralelo entre os pontos positivos e negativos da colonização. O autor ressalta que o movimento de ocupação dessa região se intensificou principalmente nos anos 1970, em resultado de um projeto empreendedor e ousado do governo que intentava, a um só tempo, resolver os problemas da região e do restante do país, desviando a tensão dos movimentos sociais para esse projeto ousado de colonização, período em que o Brasil estava vivendo ainda a Ditadura Militar (1964-1985). O Brasil, devido a sua grande extensão territorial, possuía ‘espaços vazios’, o que era mais notável na região Amazônica e, por causa disso, utilizava-se o seguinte o

discurso: “as terras sem homens para os homens sem terra”, (MACHADO, 1992, p. 30). Nesse contexto, muitas frentes pioneiras migraram de seus locais de origem em direção à região, e aí adentravam, desbravam e introduziam paulatinamente a pecuária extensiva, que veio culminar, conseqüentemente, em uma (re)organização territorial.

A frente pioneira penetrou a mata fechada, fazendo picadas na floresta, abrindo, assim, caminho para que as pessoas pudessem passar e, à medida que iam fazendo a derrubada da floresta, introduzia-se a pecuária extensiva. Nesses processos, os migrantes tinham um papel importante, quer dizer, eles não apenas proporcionavam modificações na paisagem local, mas também na vida da população, promovendo, deste modo, uma (re)organização territorial. Verifica-se que foi justamente a presença dessas frentes pioneiras de imigrantes que adentraram que possibilitou a expansão da Fronteira Agrícola de Ocupação, que, por sua vez, veio a ser um lugar que viabilizaria o ‘novo’. Nessa época, houve a introdução de técnicas que proporcionaram um ordenamento do território, culminando, paralelamente, no desmatamento da floresta Amazônica.

Políticas de integração na Amazônia

O processo de expansão da Fronteira Agrícola foi impulsionado pelo governo Militar (1964) com a implantação do Projeto de Colonização na Amazônia, denominado de ‘Plano de Integração Nacional (PIN)’, instituído no ano de 1970 e implantado, a partir de 1971, pelo Governo Federal. O objetivo do PIN era desenvolver um grande programa de colonização dirigida na Amazônia, trazendo trabalhadores sem terra de diversos pontos do Brasil, em especial do Nordeste, para a Região, já que um dos objetivos do governo era ocupar os ‘espaços ditos vazios’. Ditos. Isto

porque, na realidade, já haviam populações que moravam na Amazônia, tais como os índios, os seringueiros, os extrativistas etc., populações estas que não opinaram e, no entanto, tiveram suas vidas (trans)formadas diante dessa nova configuração territorial da Amazônia.

O governo, para intensificar a migração para a região amazônica, forneceu incentivo e condições para que as pessoas migrassem. Machado (1992) cita alguns exemplos, como a construção e pavimentação de rodovias que ligam o país do Norte ao Sul, como é o caso da BR-153, e, no que toca aos incentivos fiscais, facilitou a obtenção de crédito agrícola através de bancos oficiais - programa PROTERRA -. Acresce-se a isso as redes de telecomunicações na região e a distribuição de energia elétrica, tudo isto com o objetivo de expandir o mercado interno brasileiro. Neste sentido, Oliveira (1991) enfatiza que:

Os governos militares procuraram ‘administrar’ esta contradição e, ao mesmo tempo aprofundaram-na. Reprimiram os movimentos populares e deram todo apoio aos investimentos incentivados no campo. Transformaram, nesse processo, os grandes capitalistas nacionais ou internacionais em grandes latifundiários através do programa de incentivos fiscais SUDAM para projetos agropecuários na Amazônia. Políticas territoriais foram elaboradas e implantadas para dar apoio a esse processo tais como: PIN - Programa de Integração Nacional (com a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém), PROTERRA, POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO POLONOROESTE, entre outros (OLIVEIRA, 1991, p. 154).

Essa estratégia de Colonização do Governo Federal veio beneficiar,

notadamente, os donos dos meios de produção e, principalmente, os grupos dominantes, que eram focos de interesse do Governo Federal. Consequentemente houve incentivo e subsídios em relação à expansão da propriedade com o apoio do Estado, dado que muitos objetivos dos grupos dominantes com seus projetos agropecuários estavam em jogo. Nesse contexto de colonização e integração da região Amazônica, o Estado brasileiro encontrou “[...] a privatização da terra, beneficiando o grande produtor e os investidores internacionais na perspectiva desenvolvimentista centralizadora em prol do grande capital” (LOPES, 2009, p. 76).

Essa política de integração nacional favoreceu também a expansão, a construção de rodovias pelo País, o melhoramento nas redes de telecomunicações e a presença de forças políticas e armadas na região Amazônica. No entanto, o que se destaca nessa nova integração da fronteira são, por um lado, os grandes projetos agropecuários, que receberam/recebem apoio e incentivo político e econômico para a expansão da produção agropecuária, muito presente na região e, por outro, o pequeno agricultor, que planta para sua sobrevivência, e as populações locais, como índios, seringueiros e camponeses, dentre outros, não tiveram acesso ao ‘financiamento’.

O município de Carmolândia no contexto da fronteira agrícola

A expansão da Fronteira Agrícola de Ocupação beneficiou apenas uma pequena parte da população: os grandes latifundiários e os empresários nacionais e internacionais. Em contrapartida, a população que já morava no lugar teve suas vidas (trans)formadas e seus costumes, seus ‘modos de vida’ foram modificados pelo ‘desenvolvimento’. O

município de Carmolândia teve suas origens em meados do século XX, mais precisamente dos anos 1960-1963, e teve sua formação territorial inserida em um processo de conflito territorial. O Estado forneceu incentivos financeiros ou exclusão para que muitas famílias migrassem para a região, e foi diante desse contexto que as primeiras famílias migraram para esse município na área dos domínios da floresta Amazônica.

Muitas dessas famílias vieram em migrações dirigidas e espontâneas. Nas migrações dirigidas elas tinham pelo menos um mínimo de apoio do Governo, como incentivos fiscais e doações de terras devolutas, ou, ainda, vendas dessas terras por um preço muito barato, digamos que por um valor simbólico. Nas migrações espontâneas, as pessoas migravam por conta própria, sem apoio e auxílio do governo, impulsionadas apenas pelo sonho de uma ‘vida melhor’, e, para tanto, deixavam para ‘trás’ suas casas, famílias/parentes e amigos em busca desse um sonho. Como afirma, em entrevista, a Senhora Maria Rita, que chegou na região em 1961, sua família foi uma das primeiras a chegar na Região: “as pessoas vinham para a região em busca de uma qualidade de vida melhor, pois todos eram muito humildes, a vida era difícil, sofrida, por isso minha família decidiu migrar para a região em busca de uma vida melhor”. Como a própria entrevistada afirma, eram os sonhos de uma vida melhor que faziam com que muitas pessoas migrassem do seu lugar de origem em direção à Região Amazônica, mesmo sem saberem ao certo o que os esperava.

Os desbravadores/pioneiros do atual município de Carmolândia chegaram à região em 1960, ficando primeiramente em Araguaína-TO, segundo Oliveira (2013). Estas famílias vieram com o Senhor. Marcondes, um importante

fazendeiro à época, primo do prefeito de Goiânia. Em 1961-1962, essas famílias foram morar na Fazenda Marimar, nas terras de Marcondes, onde atualmente se localiza a fazenda Vera Cruz. De acordo com o Oliveira (2013), para adquirir esta fazenda o Senhor Marcondes foi, juntamente com seu pai, Pedro Alexandrino de Oliveira, a Goiânia, recorrer junto ao órgão pertinente, o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás – IDAGO -, quanto à licença para ter/utilizar tais terras. Estas eram terras ‘devolutas’ na época, ou seja, terras do Estado e, por este motivo, eram doadas ou vendidas por um preço muito acessível à população que chegava à região.

Esses primeiros moradores vieram principalmente da região sul de Minas Gerais, de São Paulo e do sul de Goiás. Como tinham terras no sul do País, em Minas principalmente, que eram valorizadas, venderam-nas e migraram para a Região Amazônica, para comprar terras por um preço mais barato, uma vez que com o dinheiro que recebiam da venda de suas terras nos seus respectivos lugares podiam comprar grandes extensões de terras no Norte. Como afirma Silva (2012), filha de José Pedro, em entrevista, “[...] com as terras que vendiam no sul, dava para se comprar o dobro aqui na região, as terras lá eram valorizadas e aqui as terras eram a preço de banana” (SILVA, outubro de 2012).

Nos anos de 1963-1964, Marcondes decidiu acabar com o povoado Marimar,

utilizando como justificativa o argumento de que não queria povoado/cidade dentro da sua fazenda. Então o Senhor José Pedro - conhecido como Zezão -, juntamente com sua família, decidiram que era preciso criar um novo povoado para abrigar aquelas populações que já moravam em Marimar bem como os migrantes que chegavam, cada vez mais, na região, atraídos pelos sonhos de uma vida melhor. Como afirma o Senhor Dário de Oliveira (2012), irmão do Zezão, em entrevista, “[...] Por opção própria, Marcondes decidiu que o povoado não podia continuar lá e acabou com o povoado. Este foi instalado em outro lugar”.

Com a criação do novo povoado, hoje está a sede do Município (mapa 01), mais famílias vieram para o lugar atraídas pelas farturas abundantes na época. Observamos que todos os sete entrevistados relataram de forma unânime que na região as terras eram extremamente férteis, nas quais tudo o que se plantava dava. Era comum, pois, a vinda de muitos migrantes nordestinos para o povoado – dentre os demais eram os que mais migraram para a região -, e isso se dava especialmente porque as pessoas que moravam no povoado Carmolândia e nas suas mediações, quando viajavam pelo Brasil, falavam daquelas terras como promissora, de oportunidades e possibilidades para se mudar de vida.

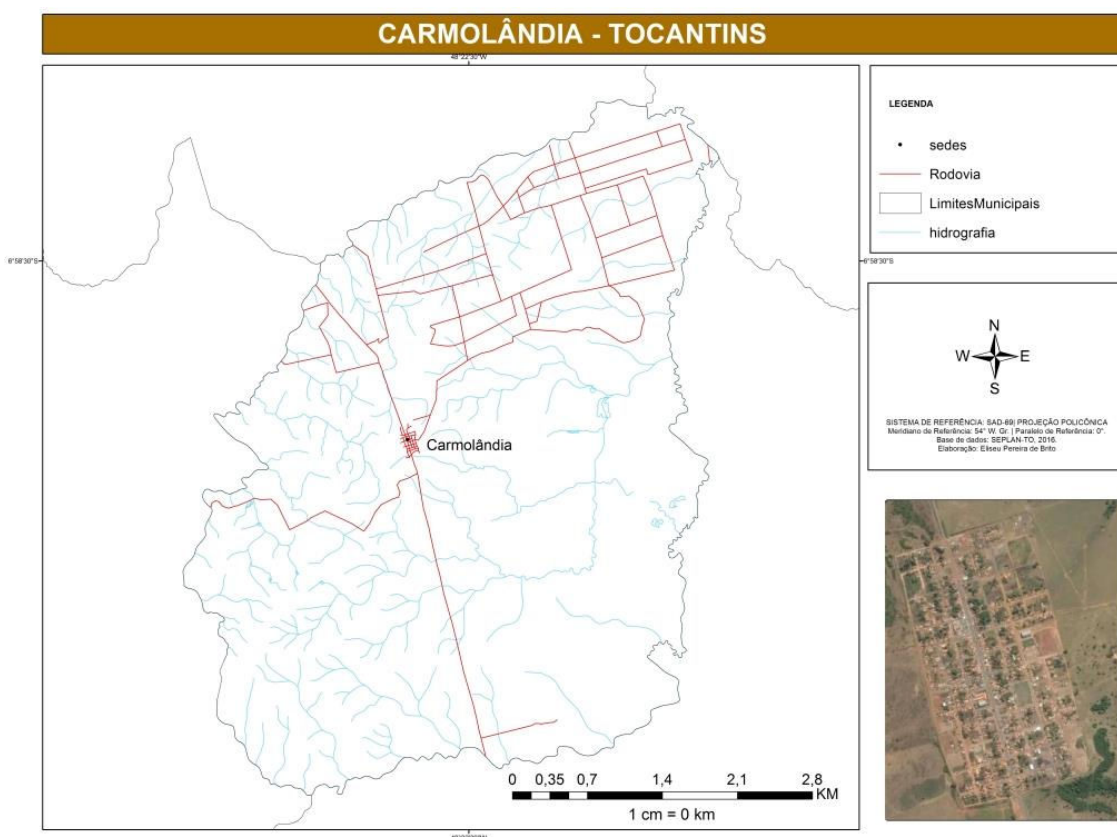


Figura 01: Mapa do município de Carmolândia – Tocantins.
Organização: Eliseu Pereira de Brito, 2016.

Nas décadas de 1960/1970 e meados dos anos 1980 a principal fonte de renda da população advinha do cultivo de alimentos nas roças, onde tudo que se plantava se colhia o que servia basicamente para a sobrevivência das famílias, embora alguns alimentos também fossem comercializados em Araguaína e para outras cidades. Os fazendeiros deixavam as famílias morarem em suas terras, colocarem suas roças e, em troca, elas davam o pasto formado para o fazendeiro criar gado. Na época, quase todas as pessoas sobreviviam diretamente ou indiretamente das roças, das lavouras e do cultivo de alimentos, tudo plantado para a subsistência da população.

No entanto, à medida que os fazendeiros passaram a derrubar as matas e a introduzir a pecuária, essas famílias foram sendo ‘expulsas’ das terras,

deslocando-se, então, para povoados e cidades, já que elas não mais podiam colocar roças nas fazendas, pois o fazendeiro tinha proibido. Como já dito, essas terras eram usadas para a sobrevivência e sustentação das famílias e, à medida que a agropecuária avançou na região, a situação mudou, quer dizer, as famílias que antes viviam diretamente da terra agora teriam que procurar outros meios de sobrevivência ou virar acampados de beiras de estradas na luta pela terra. Os migrantes oriundos, mais expressivamente dos Estados da Bahia, do Ceará, do Maranhão e do Piauí, eram legítimos donos das terras, mas por um processo de legalização das terras federais em Brasília se tornaram posseiros, mão de obra nas fazendas.

Os principais fluxos migratórios em direção ao povoado Carmolândia ocorreram nas décadas de 1960-1970 e,

nos primeiros anos, a principal renda do povoado era da agricultura de subsistência. Os sujeitos camponeses colocavam roças e moravam nas fazendas dos proprietários da época, e em troca davam o pasto formado para a criação de gado, em forma de arrendamento. Como afirma Silva (2012):

as pessoas na época colocavam as roças nas fazendas e em troca dava os pastos formados para os grandes fazendeiros, Digamos que o fazendeiro dava um alqueire para o trabalhador colocar sua roça, o que o trabalhador dava para o fazendeiro era o pasto formado. Essa era a lógica do arrendamento de terras na região, nesta época lá pelos anos 1970-1980 (SILVA, outubro/2012).

Novos usos no território, principalmente com técnicas agrícolas, influenciaram na vida da população carmolandense. A terra que até então era usada para a sobrevivência da população, à medida que houve a introdução de novos usos, passou a ser usada para a criação de gado bovino, tanto leiteiro como de corte, assim como tem também a produção destinada para abastecer os frigoríficos em Araguaína-TO. Este modelo de produção é oposto ao da lida do camponês com a terra, que em sua maioria a usa para garantir sua sobrevivência e, além disso, vende o excedente para garantir o consumo de outros produtos não produzidos na fazenda ou para a acumulação do capital.

Nos anos de 1970 havia pequenos produtores e uma grande quantidade de meeiros no município. Com a concentração da terra, incentivada pelos financiamentos públicos para a criação do gado na Amazônia Legal, as terras do município foram sendo compradas, na maioria por preços irrisórios, transformando-o em um importante fornecedor de gado para abate. Em

contrapartida, o município tornou-se uma área de migração, não mais de chegada, mas de retirantes rumos a novas terras na Fronteira Agrícola de Ocupação no Pará ou para servir de mão de obra nas cidades médias e grandes, principalmente Goiânia.

Considerações finais

O município de Carmolândia teve seu processo de ocupação relacionado à geopolítica de ocupação das terras da Amazônia Legal do período do Governo dos Militares. Foi a partir do avanço da Fronteira Agrícola de Ocupação em direção à Amazônia, através de incentivos do Governo Federal, como o Plano de Integração Nacional - PIN –, que muitas famílias migraram para o município em busca de uma vida melhor, de realizar seus sonhos e anseios.

As famílias vieram em colonizações espontâneas ou dirigidas. Sujeitos em busca de uma terra ou de trabalho nas fazendas. Os nordestinos na maioria foram para a região em busca de terras ou de trabalho de livre vontade ou em decorrência da expropriação de suas terras. Para os que foram trabalhar e deixaram apenas a mulher na propriedade, resultou em fragilização da posse de suas terras no Maranhão e Piauí. Contudo, houve duas colonizações no município: uma, a colonização espontânea, em que as famílias vinham por conta própria, e a outra, a dirigida, com incentivos e garantias financeiras do Governo Federal, como os incentivos fiscais, a legalização de terras ocupadas e as doações de terras devolutas. Os sujeitos no território, um capitalizado e outro descapitalizado, gerou conflito no uso do território. Neste sentido, o viver na fronteira é o viver entre-territórios.

Referências

ALMEIDA, Anna Luiza Ozório de. **Colonização Dirigida na Amazônia**. Rio de Janeiro: IPEA, 1992.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Diáspora: viver entre-territórios e entre-culturas? In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 175-195.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: GARAMOND, 2007.

LOPES, Alberto Pereira. **Escravidão por Dívida no Estado do Tocantins**: Vidas fora do compasso. 2009. Tese. (Doutorado em Ciências) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

MACHADO, Lia Osório. A Fronteira Agrícola na Amazônia Brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE. n° 54, abril/junho, 1992.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

SILVA, Carlos Franco da. Fronteira Agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton et al. **Território, Territórios**: Ensaio sobre o ordenamento territorial. 3 ed., Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p. 282-312.

Entrevistas

OLIVEIRA, Dário de. **Carmolândia**: depoimento. [5 de dezembro de 2012]. Entrevista concedida a Thayssollarranny Batista Reinaldo.

SILVA, Maria Rita da Silva. **Carmolândia**: depoimento. [5 de dezembro de 2012]. Entrevista concedida a Thayssollarranny Batista Reinaldo.

Recebido em 2016-05-22

Publicado em 2017-01-01